



XIX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade e Desenvolvimento Sustentável: desempenho acadêmico e os desafios da sociedade contemporânea

Florianópolis | Santa Catarina | Brasil
25, 26 e 27 de novembro de 2019
ISBN: 978-85-68618-07-3



COMO FUNCIONAM AS UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE NO BRASIL?

Flora Moritz da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina
floramds@gmail.com

Rudimar Antunes da Rocha

Universidade Federal de Santa Catarina
rrudimar@hotmail.com

RESUMO

O artigo aborda o funcionamento das Universidades da Terceira Idade (UnTI) e a sua inter-relação com a estrutura administrativa formal das Universidades Públicas Federais (IFES) brasileiras. A pesquisa foi de multicasos. Em consulta do Sistema E-mec constatou-se haver 63 IFES e, com os filtros “terceira idade” e “idoso”, chegou-se a 36. Destas, 17 UnTIs tinham, no mínimo, 20 anos no final de 2016. Em contato por e-mail e telefone, 11 IFES- UnTIs aceitaram participar do estudo. As entrevistas foram com 11 coordenadores de UnTIs e 10 Pró-Reitores de Extensão ou Diretor de Unidade: NETI (UFSC); NIEATI (UFESM); NUTI (FURG); Pólo de Enriquecimento Cultural à Terceira Idade (UFJF); NIETI (UFPB); PIFPS- U3IA (UFAM); Projeto Maioridade Universidade Aberta para a Terceira Idade (UFMG); NEATI/UNATI (UFMT), Programa Terceira Idade (UFOP); Programa Universidade à Terceira Idade (UFSJ) e, NEEAPI/UNATI (UFES). As entrevistas foram por Skype® ou telefone, de maio a novembro de 2016. Todas as UnTIs são projetos de extensão ancorados à Pró-Reitoria de Extensão ou à Direção da Unidade, havendo restrições legais para a lotação de docentes e TAEs e, dotação orçamentária. Os entrevistados admitem a necessidade de inserção das UnTI à estrutura administrativa formal das IFES como uma política institucional.

Palavras-chave: Universidade da Terceira Idade. Universidades Públicas Federais. Idosos.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, vem aumentando os debates sobre o crescimento da população idosa. A população envelheceu ancorada em avanços tecnológicos, biomédicos e cultural-religiosos e com o fim do *baby boom*, uma vez que o envelhecimento populacional também está relacionado à diminuição do número de crianças no mundo. Em 1973, a França foi pioneira em um trabalho com educação junto à população idosa, criando a *Université Du Troisième Âge* – Universidade da Terceira Idade (UnTI). Esta iniciativa se alastrou pelo planeta.

No Brasil, o último relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)ⁱ mostra que a expectativa de vida populacional cresceu em 14%, isto é, 9,2 anos na década de 1990 e, de 2000 a 2010 ampliou-se de 65 a 79 anos em média. Conforme projeções do Banco Mundial (2011) até 2050, 30% da população brasileira será de idosos. Tal revolução demográfica exige reexames da saúde pública, previdenciária e do envelhecer sem estereótipos, mas com políticas públicas voltadas à independência e à qualidade de vida desta população.

Sobre este aspecto as universidades, sobretudo as públicas, podem ter programas de inserção social desta faixa etária da população, tratada neste artigo por *Terceira Idade*. Tudo leva a crer que o futuro próximo exigirá dos agentes públicos e da coletividade civil desafios sociais e políticas públicas à prevenção da saúde (VERAS; CALDAS, 2004) com o envelhecimento não pensado somente do aspecto fisiológico, mas no olhar de cidadania dos idosos com ações participativas. Significa trazer o envelhecimento e a velhice para a agenda sócio-política e compreender, de modo amplo, os impactos do aumento do número de idosos na sociedade, “no âmbito de movimentos sociais, nas redes de proteção e apoio, na sociedade civil organizada e nas instituições de ensino superior, trazendo o idoso não apenas como objeto de estudo, mas também como sujeito” (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2014, p. 14).

No Brasil, as universidades públicas têm papel de destaque no ensino, na pesquisa e na extensão no âmbito do aparato social (RISTOFF, 2006), com disponibilização do “[...] mundo das ideias, da confrontação, da construção da ciência, da ruptura de certas convenções e barreiras sociais” (BERAZA, 2014, s/p.) e, como imperativo o papel da instituição à terceira idade e sua função social (OLIVEIRA; SCORTEGANGA, 2014). Em especial, o potencial da estrutura das universidades públicas federais tem as bases para ampliar à inclusão da Terceira Idade em seu seio físico-educativo (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2016), pois apenas 1% da faixa etária idosa, frequenta atividades da Terceira Idade em instituições de ensino superior no país (D’ALENCAR, 2016), mesmo com vários projetos focados nesta faixa etária, gratuitos ou com mensalidade simbólica (CACHIONI, 2012; VERAS; CALDAS, 2004). Esta constatação levou a investigar: *Quais são os parâmetros para inserção das atividades sócio integrativas das UnTI na estrutura e gestão das Universidades Públicas Federais brasileiras?*

Como respostas a essa interrogação, objetivou-se tecer reflexões às ações urgentes das Universidades Públicas Federais como cumprimento dessa exigência social da emergente faixa etária, isto é, a Terceira Idade.

2. LES UNIVERSITÉS DU TROISIÈME ÂGE E A MUDANÇA DEMOGRÁFICA

Les Universités Du Troisième Âge ou Universidades da Terceira Idade foram criadas no início da década de 1970, como fito de contribuir para a velhice ativa da população francesa e, incrementada no Brasil por gerontólogos graduados naquele país, assumindo a conotação de realização do idoso passível da manutenção da autonomia, saúde e qualidade de vida (VERAS e CALDAS, 2004; DEBERT, 1994). As UnTI brasileiras proliferaram-se com ações multidisciplinares para inserir o idoso como cidadão ativo na sociedade e, em 2012, havia mais de 200 projetos com foco neste público-alvo (CACHIONI, 2012). É comum que as abordagens

interpretativas tratem os idosos como fonte de miséria ou eixo de recursos (DEBERT, 1996), onde essa dicotomia vê a velhice, “de uma sociedade na qual a educação é um instrumento relevante que contribui para determinar e reforçar uma ou outra concepção social” (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2016, p. 14).

Na acepção de Irigaray e Schneider (2008, p.212) a função da educação permanente para idosos não é nem o simples entretenimento, nem perpetuação e reprodução dos papéis por eles desempenhados, mas o meio para que estes possam “manter seus níveis [...] de desenvolvimento”. Por isso, as UnTI proporcionam a quebra de estereótipo e a manutenção da autonomia e cidadania, com pesquisas científicas benéficas *para e com* esta faixa etária (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA; 2016; OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; 2014; SIMONEAU; OLIVEIRA, 2011; MARTÍN GARCÍA; REQUEJO OSORIO; 2005; VERAS; CALDAS, 2004). No entanto, há poucos investimentos em UnTI (CACHIONI, 2012, p.7), que quase sempre funcionam sem autonomia financeira, apesar do trabalho sério a centenas de idosos todo ano (LORETO; FERREIRA, 2014; SILVA, 2013).

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu na Resolução de nº39/125, da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento de 1982, a fronteira cronológica da terceira idade, em 60 e 65 anos, para os países em desenvolvimento e os desenvolvidos, respectivamente (COSTA, 2007). O Banco Mundial (2011, p. 19) alerta que o crescimento da população idosa irá triplicar nas próximas três décadas, demandando “(...) uma revisão das instituições econômicas e sociais necessárias para a seguridade social e a provisão de serviços apropriados [...]” que não deve ser postergada. O envelhecimento da população no Brasil, “afetará todos os aspectos da sociedade - desde a seguridade social e assistência de saúde, até o planejamento urbano, oportunidades educacionais e o mercado de trabalho - com tempo limitado para ajustes” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 20), e não se trata somente de copiar modelos estrangeiros exitosos, mas compreender o fenômeno que ocorre no país e se trabalhar para replicar o existente. Já, Cachioni (2013) alerta que a educação de idosos é inovadora frente aos desafios e demandas sociais latentes.

A proporção mundial de idosos em países em desenvolvimento é maior do que nos desenvolvidos, girando ao redor de 64% de pessoas mais velhas, podendo aproximar-se na casa dos 80% em 2050 (ONU, 2014). Para o Brasil, Simões (2016) alerta que de 2000 a 2010, a taxa média de crescimento populacional anual foi a mais baixa observada, de apenas 1,17%, refletindo o declínio na fecundidade ao longo das últimas quatro décadas. A queda na taxa de crescimento populacional e o processo de envelhecimento da população estão relacionados, haja vista que o envelhecer populacional não resulta somente do declínio da mortalidade. O aumento de gastos em saúde com dos idosos dependerá se o tempo de vida conquistado será saudável e trará autonomia ou se será de doenças e de dependência.

2.1 O IDOSO

O termo Terceira Idade não delimita quem é ou não idoso, nem define a data focal na qual o cidadão se torna idoso. Como as demais fases da vida, a velhice e o processo de envelhecer não são simples de classificar, pois se trata de um conjunto de fatores sociais, psíquicos e biológicos interdependentes e associados à trajetória de cada ser humano. As representações da velhice são sociais e em permanente mudança, relacionadas à posição remetida aos idosos na sociedade, refletindo as mudanças físicas, as necessidades políticas e econômicas de uma época, impondo aos idosos desafios de comportamentos, de atitudes e de valores (DANIEL, 2006). Assim, os idosos têm diversidade entre si, com enfoques e interdisciplinaridade a serem conectados.

No Brasil, o Art. 1º, Lei nº 10.741, trata, “o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASIL, 2003, s/p), porém o glossário Atlas do Censo Demográfico do IBGE (2013) define idosas as

pessoas a partir de 65, ou seja, “índice de envelhecimento: relação existente entre o número de idosos e o de jovens, isto é, relação entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população de 0 a 14 anos de idade” (IBGE, 2013, p.151). Alerta Boudiny (2013) que também não há consenso da fronteira de terceira e de quarta idade, girando de 75 a 85 anos.

Both (2000) traz duas concepções da psicologia para conceituar os idosos: a) o modelo deficitário do desenvolvimento, para o qual na velhice o ser humano perde suas condições de enfrentamento da realidade, paradigma esse que traz consequências perversas sobre o desenvolvimento pessoal e as relações sociais, e que pode ser associado, ao que Debert (1996) chamou de abordagem do idoso como fonte de misérias e Boudiny (2013) como teoria do desengajamento; e, b) o modelo do desenvolvimento do curso da vida, onde o envelhecimento pode ser entendido como uma conquista e um tempo de potenciais a serem desenvolvidos, e que pode ser aliado à abordagem do idoso como fonte de recursos (DEBERT, 1996) ou a Teoria da Atividade, associada ao envelhecimento ativo (BOUDINY, 2013).

Considera-se a diversidade social entre e dentro das regiões do Brasil e do processo de envelhecimento (ALCÂNTARA, 2016), pois nem a visão positiva, nem a visão negativa do idoso refletem a realidade (BOUDINY, 2013). As visões devem conceber a diversidade de pensamento e as formas de promoção do envelhecer ativo nas fases da vida, reconhecendo que o sentido de ser ativo muda no curso da existência do ser humano, mesmo em cenário de perdas econômicas. Em análises de programas educativos para idosos, Martín García e Requejo Osório (2005) relataram ser relevante potencializar os aspectos positivos e diminuir os negativos da mudança etária, sem nutrir ilusões que ocultem a verdade do envelhecimento, nem assumir a atitude pessimista de ausência destas possibilidades. Para D’Alencar (2016a) essa polêmica centra-se em: conquista e desafio. A conquista é quando se pensa no aumento da longevidade e, o desafio porque muitos vivem abaixo das condições recomendadas para a manutenção de competências cognitivas, psicológicas, físicas e socioeconômicas.

Boudiny (2013) alerta que os defensores do processo de envelhecimento ativo valorizam a visão de juventude, pois não se deve apenas indicar as melhores atividades ao idoso, criando-se expectativas que possam gerar frustrações, mas considerar as diferenças de idade dentro da velhice. Destaque-se que novos significados são endereçados as fases avançadas da vida. Nas últimas duas décadas, o envelhecimento ativo é divulgado como uma forma de pensar no processo de envelhecer em todas as fases da vida, adotando a perspectiva de longo prazo, onde a pessoa envelhecida não é predeterminada, mas que as escolhas ao longo da vida influenciarão como ela chegará à velhice (BOUDINY, 2013).

2.2 HISTÓRICO DAS UNTI

Na década de 1960, a França, com tradição em educação de adultos, cria o programa para os aposentados, denominado *Universidade do Tempo Livre*, com vistas a ocupar o tempo dos aposentados e a favorecer as suas interações sociais, sendo considerada a precursora da UnTI. Ela não defendida a educação permanente ou continuada, mas atividades ocupacionais e lúdicas (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2015; ARRUDA, 2007).

Em 1972, a UNESCO cria a Educação Permanente pelo Relatório “Aprender a ser” que sublinha que, “o homem aprende desde que nasce até que morre” (CACHIONI *et al.*, 2015, p. 84). A primeira UnTI é a da Universidade de Toulouse, em 1973, projeto centrado em dar aos idosos um conjunto de atividades que satisfizesse suas condições, necessidades e aspirações. A iniciativa teve sucesso e se espalhou por vários países. Dois anos depois é criada a *Association Internationale des Universités Du Troisième Age (AIUTA)* na forma de Federação de UnTI e similares. Em 1981, o termo Terceira Idade incorpora-se ao inglês: *Universities of the Third Age* usado na *University of Cambridge -UK* (DEBERT, 1996).

Nos anos de 1980, no Brasil são criadas as UnTI da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) e da Universidade Federal de

Santa Maria (UFESM)- Núcleo Integrado de Estudos e Apoio a Terceira Idade (NIEATI). Tais pioneirismos se propagaram pelas demais universidades. Em 1990, a PUC-Campinas e o Serviço Social do Comércio (SESC) criam a Universidade da Terceira Idade, nos moldes do Modelo Francês. Em 2016, eram 36 das 63 universidades federais com UnTI (Quadro 1).

As UnTI também são chamadas de Universidade Sênior, Universidade Aberta à Terceira Idade, Universidade da Maturidade, Universidade do Tempo Livre, Universidade Interidade, Universidade do Idoso, Instituto para as Pessoas Aposentadas, Escola Aberta, Universidade Intergeracional, Programa de Participação Permanente, Universidade sem Limites, Universidade na Idade Adulta (CACHIONI, 2013).

Quadro 1- UnTI de Universidades Públicas Federais do Brasil

IFES	Denominação da UnTI	Idade	Data
UFSC	NETI	50 anos	1983
UFESM	NIEATI	55 anos	1984
UFU	AFRID	50 anos	1989
UFJF	Polo de Enriquecimento Cultural para a Terceira Idade.	45 anos	1991
UFRGS	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento: UNITI	60 anos	1991
UFPB	Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade: NIETI	60 anos	1992
UFF	Centro de Referência em Atenção à Saúde do Idoso: CRASI	60 anos	1992
UFMT	NEATI	45 anos	1993
UFMG	Projeto Maioridade - Universidade Aberta para a Terceira Idade.	60 anos	1993
UFOP	Programa Terceira Idade.	60 anos	1993
UFPEl	Núcleo de Atividades para a Terceira Idade: NATI	60 anos	1993
UFAM	PIFPS-U3IA	45 anos	1994
UFPA	Programa Universidade da Terceira Idade: UNITERCI	55 anos	1994
FURG	Núcleo Universitário da Terceira Idade: NUTI	60 anos	1994
UFSJ	Programa Universidade para a Terceira Idade.	55 anos	1995
UNIRIO	Grupo Renascer.	55 anos	1995
UFMA	Universidade Integrada da Terceira Idade: UNITI	50 anos	1995
UFES	Núcleo de Estudos sobre o Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa: NEEAPI	60 anos	1996
UFS	Núcleo de Pesquisa e Ações da Terceira Idade: NUPATI	60 anos	1998
UFPI	Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária para a Terceira Idade: NUPEUTI	55 anos	1998
UNIFAL	UNATI	50 anos	1999
UNIFESP	Universidade Aberta à Terceira Idade: UATI	60 anos	1999
UFAC	UNATI	60 anos	1999
UFPE	UnATI	60 anos	2002
UFSCar	Programa de Revitalização de Idosos.	50 anos	2005
UFT	Universidade da Maturidade: UMA	45 anos	2006
UNIFAP	Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Amapá: UMAP	60 anos	2006
UFTM	Universidade Aberta à Terceira Idade.	60 anos	2009
UFMS	Programa de Promoção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa: UNAPI	60 anos	2010
UFAL	UNATI	60 anos	2011
UFPR	Universidade Aberta da Maturidade: UAM	55 anos	2012
UFGD	Terceira Idade na Universidade.	55 anos	2013
UFRR	Projeto Girassol.	60 anos	2013
UFCSPA	Espore e Lazer para Idosos / Programa de Exercício, Saúde e Cidadania para Idosos.	60 anos	2015
UNIVASF	UNATI	60 anos	2015
UFRB	Programa Universidade Aberta da Terceira Idade.	60 anos	2015

Fonte: elaborado pelos autores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A população da pesquisa foi composta das UnTI, de Universidades Públicas Federais brasileiras, que atuam na perspectiva de educação permanente e não se norteiam em projetos pontuais. As entrevistas foram realizadas com coordenadores da UnTI, Pró-Reitores de Extensão ou Diretores de Unidade em que a UnTI está ancorado. A perspectiva da pesquisa foi a de estudo de casos ou multicaseos (TRIVIÑOS, 2006), de UnTI existente há 20 anos, em dezembro de 2016. O rastreamento das UnTI foi feito pelo Sistema e-MEC do Ministério da Educação do Brasil, com os filtros: ensino superior e universidade pública federal, obtendo-se

63 IFES (MEC, 2016). Com isso, consultou-se o site destas universidades as expressões: terceira idade e idoso, encontrando-se 36 UnTI. Filtrou-se somente as com 20 anos ou mais de existência, obtendo-se 17 UnTI. Esta opção foi escolha dos pesquisadores por suporem que as UnTI com esse tempo de criação teriam informações relevantes à base do estudo. Já, a opção de se estudar somente UnTI de Universidades Públicas Federais foi por conveniência de acesso aos gestores.

Foram contatados os pró-reitores de extensão, os diretores da unidade de ensino e os coordenadores das 17 UnTI. Onze instituições aceitaram participar da pesquisa. As entrevistas foram feitas por *Skype*[®] ou telefone. Em uma das onze universidades avaliadas, não se pode entrevistar nem o pró-reitor de extensão, nem o diretor da unidade, por isso se considerou apenas a resposta do coordenador da UnTI. As entrevistas oscilaram de 15 a 127 minutos e foram feitas de maio a novembro de 2016. As 11 UnTI avaliadas foram: NETI (UFSC); NIEATI (UFSM); NUTI (FURG); Polo de Enriquecimento Cultural à Terceira Idade (UFJF); NIETI (UFPB); PIFPS-U3IA (UFAM); Projeto Maioridade Universidade Aberta para a Terceira Idade (UFMG); NEATI/UNATI (UFMT), Programa Terceira Idade (UFOP); Programa Universidade à Terceira Idade (UFSJ); e, NEEAPI/UNATI (UFES). Não participaram: UNITI (UFMA); NATI (UFPE); AFRID (UFU); UNITI (UFRGS); UNITERCI (UFPA); e, Grupo Renascer (UNIRIO). Avaliou-se: estrutura e processo, equipe e elos do ensino, pesquisa e extensão da UnTI com a Universidade Pública Federal avaliada.

A análise dos dados foi qualitativa, por meio de análise de conteúdo, classificada por Silva e Fossá (2015) como uma técnica de análise das comunicações, que avalia o que foi dito nas entrevistas ou em observações, buscando classificar o material em categorias ou temas. Nas primeiras leituras da transcrição das entrevistas foi feita a pré-análise deste material e do material complementar das UnTI, como: regimento encaminhado ou editais. O material foi analisado, preparado, reunido em planilhas de acordo com o tema central de cada fala do entrevistado e das transcrições literais identificaram-se as ideias principais. Atribui-se Alfa para os coordenadores de projetos e Beta para os Pró-Reitores de Extensão ou Diretores de Unidade.

Na análise qualitativa, os dados podem ser segmentados em unidades que se mantenham conectadas com o todo, sendo que tais segmentos de dados “[...] são categorizados de acordo com um sistema de organização que é predominantemente derivado dos próprios dados” (GODOY, 2006, p. 137), agrupando-se conceitual e fisicamente o material de cada categoria de forma indutiva. Os resultados estão sintetizados na sequência.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados mostraram que as UnTI são atividades de extensão universitária, com registros na Pró-Reitoria de Extensão, Direção de Centro ou Departamento de Ensino. O gênero e formação profissional de Alfas e de Betas respondentes estão no Quadro 2.

Quadro 2 - Perfil dos Respondentes

Atores	Gênero	Graduação	Função	Titulação	Atores	Gênero	Graduação	Função	Titulação
Alfa - Coordenador das Universidades da Terceira Idade - UnTI	Masculino	Medicina	Professor	Doutorado	Beta - Pró-Reitor de Extensão ou Diretor de Unidade - Universidade Pública Federal	Feminino	Medicina	Professor	Doutorado
	Feminino	Educação Física	Professor	Doutorado		Feminino	Educação Física	Professor	Doutorado
	Masculino	Educação Física	Professor	Doutorado		Feminino	Enfermagem e Direito	Professor	Doutorado
	Feminino	Enfermagem	TAE	Doutorado		Masculino	Estatística, Ciências Jurídicas e Sociais	Professor	Doutorado
	Feminino	Psicologia	TAE	Mestrado		Masculino	Com. Social e Jornalismo	Professor	Doutorado
	Feminino	Fonoaudiologia	Professor	Mestrado		Masculino	Engenharia	Professor	Doutorado
	Feminino	Educação Física	Professor	Doutorado		Masculino	Farmácia	Professor	Mestrado
	Feminino	Serviço Social	Professor	Doutorado		Feminino	Serviço Social	Professor	Doutorado
	Feminino	Serviço Social	Professor	Doutorado		Feminino	Medicina	Professor	Doutorado
	Feminino	Terapia Ocupacional	Professor	Doutorado		Feminino	Geografia	Professor	Doutorado
	Feminino	Geografia	Professor	Doutorado					

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.1 PARTICIPANTES, ESTRUTURA E PROCESSO DA UnTI

As UnTI respondentes utilizam distintas ações e metodologias para a educação. Os

participantes podem aprender em módulos, oficinas, atividades e cursos aos idosos; palestras, jornadas e debates. Também foram citadas as ações de educação não diretamente junto aos idosos, mas em prol deste público, tais quais capacitação de Conselhos e conselheiros, cuidadores, orientação para grupos de convivência; especialização em gerontologia; treinamento dos bolsistas da UnTI; e até uma disciplina sobre envelhecimento inserida no currículo de curso de graduação. As ações não ocorrem em todos os programas pesquisados, isto é, não há uma diretriz ou eixo comum. Nem todos os programas permitem um acesso ilimitado dos idosos às distintas ações oferecidas. Algumas UnTI oferecem um “guardachuva” de atividades, e devido à demanda ser maior do que a oferta, às vezes é necessário que o idoso opte por uma ou duas atividades. No entanto, em geral, o limite de atividades do participante idoso se dá por seu horário, aptidão física ou pela própria família do participante.

Sobre a questão da matrícula, a exigência comum é a idade mínima do participante. Um programa exige que o idoso seja alfabetizado e os programas com atividades físicas, geralmente solicitam atestado médico. Alguns oferecem avaliação médica no próprio programa. O processo de matrícula também pode variar, desde entrevistas pessoais a um processo totalmente informatizado.

Os dados dos participantes são uma base riquíssima de informações e a maior parte dos programas tem ficha de (re) matrícula como meio mais utilizado de coletá-las. Um Programa relatou só conseguir adicionar anualmente dados sobre os novos alunos. Duas UnTI utilizam as informações para tentar “resgatar desistentes”. Uma UnTI faz pesquisa de satisfação no final do ano. No entanto, há relatos de que tais informações são atualizadas “mais lentamente do que se gostaria”. Como modo de armazenamento destes dados foi citado os arquivos físicos; arquivos digitais; ou ambos. Os arquivos digitais são mais fáceis de atualizar, mas ressaltou-se a importância do professor ter uma ficha acessível em caso de emergência.

As Universidades nas quais as UnTI estão inseridas não tratam os idosos participantes como estudantes, com exceção de um Projeto específico, o Aluno Especial II, no qual os idosos acessam disciplinas junto a estudantes regulares, praticado em uma UnTI respondente. Apenas em duas UnTI os idosos têm acesso ao Restaurante Universitário como estudante, e apenas um Programa mencionou que os idosos participantes podem fazer empréstimos na Biblioteca da Universidade com autorização da secretaria. Um programa mencionou possuir uma biblioteca própria.

Os casos estudados são considerados Programas de Extensão Universitária, sendo que quatro estão lotados diretamente na Pró-Reitoria de Extensão e sete estão vinculados a algum centro, departamento, faculdade ou instituto. Apenas um programa, no entanto, aparece no organograma. É interessante que a maioria dos coordenadores percebe um reconhecimento grande da comunidade externa, mas nem todos veem o mesmo reconhecimento dentro da universidade. Alguns destacaram a representatividade do programa pelo seu tempo de existência junto à instituição, mas três reconheceram que apesar de um discurso da instituição em relação à importância do programa, isso não é refletido em investimentos ou autonomia. É interessante destacar que nenhum programa possui professores lotados, mas oito já conquistaram ao menos um servidor técnico-administrativo (TAE).

Todos os casos estudados possuem interações com instituições externas, mas sobre a interação com outros Programas da Universidade, há uma divisão de postura entre os casos: seis relataram alta interação com diversas áreas partindo das três funções universitárias: ensino, pesquisa e extensão; e cinco descreveram a interação como baixa ou pontual. Sobre a coordenação do programa, a maior parte relatou carga horária insuficiente e acúmulo de funções, sendo que apenas dois programas têm coordenadores com dedicação exclusiva. A maioria dos requisitos para coordenar o programa é implícita, e geralmente nunca foram questionados. Apenas dois casos têm assentos dentro da universidade, e somente em órgãos relacionados à extensão.

Ao se questionar sobre os órgãos de fomento envolvidos, três já foram beneficiados por editais do MEC. No entanto, relata-se a dificuldade em participar destes editais. Dois recebem algum apoio financeiro de governo municipal ou estadual. Também foram citadas as Fundações; Ministério da Saúde; OSCIP; e até a iniciativa privada por meio de editais sociais.

O Quadro 3 resume os principais aspectos em relação à Estrutura e Processo dos casos pesquisados.

Quadro 3 - Estrutura e Processo

Quais são os elos do Programa com a estrutura formal da universidade?
4- lotados na Pró-Reitoria de Extensão; e 7- vinculados a um centro, departamento, faculdade ou instituto. Apenas um Programa está representado no Organograma da Pró-Reitoria de Extensão.
A quais órgãos o Programa se reporta?
Como todos são Programas de Extensão, além do vínculo com o centro, departamento, faculdade ou instituto (quando se aplica), à Pró-Reitoria de Extensão.
Como as atividades oferecidas são integradas no Programa?
4- citaram as demandas dos participantes idosos; 4- experiências com o Programa e o envolvimento na área gerontológica; e 5- adaptações e propostas dos facilitadores.
Existe algum apoio metodológico?
6- cuidado com as especificidades do trabalho com o público idoso; 5- análise de projeto; e, 4- reuniões.
Processo de comunicação interno e externo e apoio da universidade.
7- mídias como televisão, rádio e jornais pertencentes ou não à universidade; 4- setor de comunicação da universidade e/ou a página institucional; 4- facebook; 3- reuniões em diversas instâncias; 3- cartazes, folders e panfletos; 2- e-mail; e, 2- boca a boca.
Qual a representatividade do Projeto dentro da Universidade?
4- alta, pelo tempo de existência do Programa; 3- há apoio e o discurso é positivo, mas isso não se reflete em (investimentos, voz, autonomia...); e, 2- reconhecimento parcial.
Qual a representatividade do Projeto na Comunidade
10- Alta: 6- requisitados por organizações/instituições fora da universidade; 4- maior do que na própria universidade; e, 3- termo "referência" ou "referencial" em temas do envelhecimento.
De que forma ocorre a interação com outros Programas na Universidade?
6 - Elevada interação com diversas áreas partindo das três funções universitárias: ensino, pesquisa e extensão; e 5-Baixa interação, com Núcleo de Pesquisa, parcerias pontuais ou apenas compartilhando espaços em grandes eventos da universidade.
Quais as interações com outras instituições externas à universidade?
Todos os Programas interagem com instituições externas à universidade: 8- citaram os Conselhos dos Idosos; 4- têm alguma parceria relacionada a institutos ou projetos de previdência/aposentadoria; 3- têm representação em Conselho Estadual e/ou Municipal do Idoso; 3- prestam assessorias/ capacitações a prefeituras; Interações por meio de eventos, convidam e são convidados, assessorias, etc. Destaque: promover e ampliar redes entre programas e projetos semelhantes e outras instituições em prol do idoso
Quais os apoios institucionais para a função de coordenação do Programa? Quais os requisitos para ocupá-la?

<p>Uma coordenação é uma função de confiança; 2- a coordenação tem dedicação exclusiva; 3- nenhuma carga horária atribuída para função de coordenação; 2- ajuda externa para a função, devido a baixa carga horária proporcionada pela universidade; 2- eleições entre os pares para a coordenação; 2- coordenador tem que pertencer a faculdade/departamento no qual o programa está lotado; e, 6- carga horária insuficiente e/ou alto acúmulo de funções. A maioria dos requisitos para coordenar o programa são implícitos e/ou simplesmente nunca foram questionados.</p>
<p>Há professores/servidores lotados no Programa?</p>
<p>Nenhum caso tem professores lotados no Programa. 8- têm TAEs da universidade lotados no Programa.</p>
<p>Quais os órgãos de fomento envolvidos?</p>
<p>3- já foram beneficiados por editais do MEC. No entanto, relata-se a dificuldade em participar destes editais. 2- apoio financeiro de governo municipal e/ou estadual. Outros: Fundações; Ministério da Saúde; OSCIP; iniciativa privada por meio de editais sociais.</p>
<p>Inserção no planejamento estratégico</p>
<p>5- Não há; 2- ensino, pesquisa e extensão; 1- Debate no PDI, não no P.E.; 1- está inserido na PROEXT; e, 1- direção da faculdade/depto faz a gestão.</p>
<p>Como são mantidas as relações com a estrutura formal?</p>
<p>6- citam a Pró-Reitoria de Extensão; 4- Não há; e, 1- fala do regimento aprovado pelo CONSUNI</p>
<p>Tem assento em algum colegiado da universidade?</p>
<p>9- Não; e, 2- têm assentos em órgãos relacionados à extensão.</p>
<p>Há representações em outros espaços além da universidade?</p>
<p>3- Conselhos e/ou Fórum do Idoso; 3- A universidade tem assento no Conselho, o coordenador é representante da universidade.</p>
<p>Já houve tentativa de mudanças estruturais? Como e por quê?</p>
<p>5 - Não; 2- aprovação de regimento no CONSUNI ou inclusão no regimento da PROEXT; 2- adaptação a cortes nos recursos; e, 1- mudanças na concepção do envelhecimento e demanda dos idosos</p>

Fonte: elaborado pelos autores.

4.2 EQUIPE, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Quando interrogados sobre os critérios para seleção da equipe da sua UnTI, os Alfas Respondentes se centraram nos bolsistas. Apenas 2 citaram a existência de TAEs da IES. As respostas foram na mesma direção: o Programa não escolhe servidores, como declarou Alfa 3 (2016, s/p), “[...] nós não selecionamos, eles vieram porque a universidade nos cedeu”. Isso pode acarretar problemas, quando o servidor não tem perfil para trabalhar com a proposta, mas há possibilidade de realocação. Alfa 3 (2016) realçou a conquista de um servidor técnico administrativo de nível superior cedido por 2 anos pela Reitoria.

Os Programas não têm dotação orçamentária, portanto, grande parte dos facilitadores ministra as atividades de forma voluntária: são profissionais da universidade ou externos, alunos com projetos de pesquisa, e bolsistas. Às vezes os próprios coordenadores. Uma expressão que emergiu em mais de uma fala é o “amor à camiseta”, o que corrobora com o baixo investimento apontado por pesquisadores brasileiros (LORETO; FERREIRA, 2014; SILVA, 2013; CACHIONI, 2012). Alguns projetos dentro das UnTI conseguem alocação de horas no PAD do professor da universidade na qual a UnTI está inserida, mas isso não é regra. A própria diminuição no número de bolsas, quando ocorre, afeta significativamente os Programas.

No entanto, há um cuidado para que o norte da UnTI seja preservado, e o orgulho de estar há décadas dentro da universidade com um trabalho de relevância social é recorrente em

algumas falas. Assim, há um cuidado na seleção de ações e atividades, para não descaracterizar o trabalho: “Não é uma caixa fechada [...] as boas ideias são bem-vindas. O que a gente não pode permitir é [...] ideias para desvirtuar o Programa ou [...] ações [...] contrárias a todo o conhecimento que já foi construído na área de gerontologia” (ALFA 9, 2016, s/p.). Para Alfa 3 (2016), há um perfil recomendado nas pessoas que ministrarão determinado módulo:: 1) ter habilidade didática de lidar com a heterogeneidade dentro da sala de aula; 2) ter condições de trabalhar com o idoso; e, 3) trabalhar dentro da filosofia da UnTI, “que é uma filosofia mais de Paulo Freire, no que tange ao conhecimento, e saber que é atualização de conhecimento, não é lazer, não é bordado, [...]” (ALFA 3, 2016, s/p).

Dez Alfas Respondentes, entretanto, afirmaram que não são todos os colaboradores que vêm com essas experiências. Alguns citaram o cuidado de conversar com o especialista no tema sobre o adequar as aulas aos idosos, treinamentos e capacitações de bolsistas e equipe da técnica. O Quadro 4 resume as principais respostas em relação à equipe dos Programas pesquisados.

Quadro 4 – Equipe

Quais os critérios para participar da equipe do Programa? Como são selecionados os componentes da equipe?
4- ter um projeto aprovado que compõe o programa; 4- envolvimento na área do envelhecimento; 4- convite à especialistas ou profissionais; e, 2- disponibilidade de trabalhar sem uma contrapartida financeira. Sobre os bolsistas: 5- citam processo seletivo de bolsistas, por análise curricular, entrevista, prova, entre outros; e, 2- utilizam a prática de colocar um novo bolsista com outro antigo, para aprendizado. Em relação aos TAEs, quando se aplica, não há seleção, são os cedidos pela universidade.
O corpo docente tem experiência anterior no trabalho com idosos?
Experiência prévia com o idoso é desejável, mas não é exigência da maior parte dos Programas. É necessário ter o perfil e entender os objetivos da UnTI. Alguns Programas oferecem capacitações.
Quem ministra as atividades do Programa?
8- Profissionais externos à universidade; 8- Professores da universidade; 6- Bolsistas; 4- Servidores técnicos-administrativos; 3- Coordenadores; e, 1- Alunos com projetos de pesquisa.
Crítérios de alocação das horas de ensino/pesquisa/e/ou extensão aos professores da instituição que atuam no Programa: há algum documento ou formulário relativo a isso?
6- Não existe ou não responderam; 4- coordenadores de projetos conseguem algumas horas de acordo com os critérios aplicados a qualquer projeto de extensão da universidade; e, 1- há um procedimento, mas é só proforma.
Há bolsistas trabalhando no Programa?
9- ao menos dois bolsistas financiados pela universidade; 1- têm dois bolsistas pagos pela Prefeitura Municipal; e, 1- não tem bolsista no Programa. Existem casos nos quais professores que possuem projetos desenvolvidos dentro do Programa têm seus próprios bolsistas.
Relate como se dá o processo decisório no Programa
As reuniões têm papel fundamental no processo decisório dentro dos Programas, muitas descritas como "democráticas", e que podem incluir representantes dos idosos. Pouco foi citado sobre avaliação para a tomada de decisão.

Fonte: elaborado pelos autores.

As funções ensino, pesquisa e extensão são colocadas na legislação vigente sobre a universidade brasileira como indissociáveis (BRASIL, 1988). Quando questionados sobre essas atividades, no entanto, nenhum Alfa Respondente citou a relação com a Pró-Reitoria de Ensino. Dois Alfas Respondentes explicaram que as discussões geradas na sua UnTI suscitaram a

inserção do tema envelhecimento em disciplinas da graduação das suas universidades. O Alfa 11 (2016) ministra a disciplina obrigatória sobre envelhecimento em curso de graduação, enquanto o Alfa 4 (2016, s/p.) relata que, “[...] quanto ao conteúdo sobre o envelhecimento, há registros na documentação do Programa, que em função do debate que o mesmo trouxe para dentro e fora da instituição, houve a entrada da discussão e de disciplinas que tratam do envelhecimento em outros cursos”. Pelo Art. 22 do Estatuto do Idoso “Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria” (BRASIL, 2003). Já, Assis, Dias e Nechi (2016) alertam sobre o hiato nas leis relacionadas à implementação dos direitos dos idosos no Brasil.

Outro ponto importante é a prática de pesquisas em prol da população idosa, uma vez que a universidade deveria propiciar a interação entre a pesquisa e o ensino. No entanto, três UnTI não mantêm relação com grupos de pesquisa. Apesar de Alfa 1 (2016, s/p) coordenar um grupo de pesquisa na universidade, não relaciona à UnTI: “[...] cada um pesquisa, a gente pesquisa individualmente”. Quatro Programas têm relacionamentos constantes com um Grupo ou Núcleo de pesquisa específico, além de outras interações com a pesquisa que possam ocorrer. Três têm nas monografias, dissertações e teses a forma de contato com a pesquisa, e por meio de pós-graduandos, núcleos específicos na universidade, o que não fecha a possibilidade de desenvolvimento de outros projetos de pesquisa. Nenhum Alfa Respondente apontou indicadores de pesquisa.

A interação com cursos de pós-graduação pode ser um destaque para a interação entre as três funções da universidade, dar visibilidade para a UnTI, desenvolver mais pesquisas em prol dos idosos e maior subsídio para a inserção de conteúdos sobre o tema na graduação. Um Beta Respondente (2016) relaciona o curso de mestrado em gerontologia à experiência e acúmulo teórico-prático do NIEATI, que fundamentará a conformação desse Programa de Pós-Graduação na sua essência, interdisciplinar, e com competência para tratar de uma temática que hoje é posta na ordem do dia.

A pós-graduação, entretanto, não é realizada na grande maioria dos casos, sendo a parte de extensão e ensino não formal a mais desenvolvida, já que se estruturam como Programas e/ou Núcleos ligados à Pró-Reitoria de Extensão. O Quadro 5 resume os pontos das questões sobre ensino, pesquisa e extensão.

Quadro 5 – ensino, pesquisa e extensão

<p>Quais as atividades de ensino disponibilizadas? Elas têm relação com a Pró-Reitoria de Ensino?</p> <p>Nenhum caso citou relação com a Pró-Reitoria de Ensino, tampouco controles ou indicadores das atividades de ensino. As atividades de extensão desenvolvidas pelos Programas têm relação com o ensino, porque se baseiam na educação permanente em uma perspectiva de educação não formal.</p> <p>2 - discussões geradas pelo programa suscitaram a inserção do tema envelhecimento em disciplinas da graduação na universidade;</p> <p>2 - possibilidade de inclusão do tempo do graduando dedicado ao estudo dentro do Programa como carga horária na flexibilização curricular.</p>
<p>De que forma é elaborado/alterado o Programa pedagógico dos cursos?</p> <ul style="list-style-type: none"> • demanda dos idosos: diretas, por meio de avaliações, ou por pessoas com contato direto com eles; • considerando o perfil do público-alvo; • conhecimento, experiência e atualização constante de referencial teórico. • descobrir a melhor maneira junto aos idosos; • pesquisa sobre temas e atualidades nas discussões e seminários com os bolsistas, estagiários e voluntários; • no âmbito do colegiado do curso; • reunião com colaboradores para decidir sobre as atividades comuns ao Programa; e • diálogo constante.

Vocês têm incentivado cursos no nível de pós-graduação?
O coordenador do NIEATI é um dos coordenadores do mestrado acadêmico em gerontologia da UFSM. O NETI citou a especialização em saúde do idoso. Os demais (9) :não no momento. Destes, 2 manifestaram vontade de desenvolver a ideia: 1 não logrou apoio; outro espera concretizar em um futuro breve. 2 já ofereceram Programa de especialização, mas não o fazem mais.
Possui ou está relacionado a algum grupo de pesquisa?
4 - Baixo ou nenhum relacionamento com a pesquisa, salvo as iniciativas individuais de docentes; 4 - relacionamentos constantes com um Grupo ou Núcleo de pesquisa específico, além das outras interações com a pesquisa que possam ocorrer. 3- tem nas monografias, dissertações e teses realizadas dentro do Programa o maior contato com a pesquisa.
Atividades de Extensão
4 - módulos ou “um grande currículo em comum obrigatório” para ser cumprido pelos participantes. Além disso, podem ser oferecidas atividades opcionais. 6 - o próprio idoso elege o curso ou oficina deseja realizar. 1 - No momento só desenvolve propostas por meio de demandas. Oficinas e cursos mais recorrentes: dança; oficinas ou jogos de memória; ensino de idiomas e inclusão digital. Dentro das inúmeras possibilidades, encontram-se projetos relacionados a atividades físicas; ações que atende idosos fragilizados fora do campus; cursos e capacitações para profissionais e instituições; atividades artísticas ou lúdicas; projetos diretamente relacionados com informações sobre saúde e prevenção; projetos direcionados ao autoconhecimento e /ou espiritualidade; e cursos e oficinas que trabalham com o ensino, fornecendo as ferramentas críticas para o exercício da cidadania.
Quais os Centros da sua universidade que mais contribuem em seu Programa?
Interdisciplinaridade: desafio. Prática estimulada reunindo profissionais de diversas áreas em busca de um objetivo comum: em reuniões coletivas; eventos; programas de pós-graduação; programas de módulos que tentam "costurar" um tema no outro, estabelecendo relações entre as aulas; e, processo de planejamento do curso. Pouca contribuição efetiva de Centros, Institutos ou Unidades Acadêmicas além do qual o Programa está lotado. As contribuições são pontuais, pessoais, não institucionais. Áreas que contribuem: enfermagem e psicologia (6); educação física e medicina (5); fonoaudiologia, nutrição e serviço social (4); arte e cultura, educação e letras (3); direito, engenharia, fisioterapia e terapia ocupacional e informática (2); e, arquitetura, ciências econômicas, ciências contábeis, comunicação social e farmácia (1).

Fonte: elaborado pelos autores

5 CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

Os Programas estudados têm uma diversidade que deve ser respeitada, até porque cada região do país tem suas características, e ao longo dos anos as UnTI desenvolveram *know-how* para desenvolver atividades relevantes voltadas ao público específico. Muitas das conquistas dos idosos brasileiros estão entrelaçadas com estes programas, que são referência na comunidade na qual estão inseridos. Tal heterogeneidade nas ofertas destes programas é vista como positiva, tendo em vista à adaptação ao contexto, mas para o estabelecimento de políticas mais concretas, algumas diretrizes podem ser dadas, sem a ideia de engessar tais programas, que necessitam flexibilidade.

No Brasil as UnTI são estruturadas em Programas de Extensão e atuam pela dedicação de coordenadores, voluntários e bolsistas. Esta constatação mostra a dependência delas a esses atores, pois não fazem parte do organograma das universidades e seus participantes não são considerados alunos regulares e, na maioria dos casos, não têm acesso a empréstimos na BU ou desfrutam de refeições no RU. Por serem programas de extensão, elas estão restritas a Pró-

Reitoria de Extensão, mesmo tendo atividades de ensino e pesquisa não há elo a Pró-Reitoria de Ensino ou a de Pesquisa. Os entrevistados estão cientes da relevância e reconhecimento da comunidade externa a UnTI, porém nenhuma tem orçamento indispensável ao funcionamento.

Por essas razões, tanto os Alfas quanto os Betas respondentes reconhecem a qualidade do trabalho das UnTI, mas admitem a urgência em melhorar sua estrutura, e mesmo questionar se programas com tal potencial deveriam estar restritos à atividade extensionista. Apesar de a extensão ser importante ponte com a comunidade, o compromisso da universidade, o reconhecimento da universidade em relação ao debate e às ações mediante a terceira idade deve ser consolidado por meio de políticas institucionais, que abrangem, mas ultrapassam a extensão, até porque, conforme colocado pelos entrevistados, um programa de extensão pode apresentar algumas restrições na alocação dos recursos dentro da universidade.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Alexandre. **O idoso na atualidade: políticas públicas e direitos humanos**. Palestra. 06 out., 2016. VI Congresso Latin American Research Network On Ageing (LARNA). Universidade Estadual de Ponta Grossa. 4-7 out., 2016.

ARRUDA, Ivan Eduardo de Abreu. **Análise de uma universidade da terceira idade no município de Campinas**. 2009. 90 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUC, Campinas, 2009.

_____. Reflexões sobre o idoso e o programa Universidade da Terceira Idade. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p.94-113, jul./dez. 2007.

ASSIS, Marcella Guimarães; DIAS, Rosângela Corrêa; NECHA, Ruth Myssior. A Universidade para a Terceira Idade na Construção da Cidadania da Pessoa Idosa. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (Org.). **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Cap. 5. p. 199-210.

BANCO MUNDIAL. **Envelhecendo em um Brasil mais velho**. 2011. 64 p. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1302102548192/Envelhecendo_Brasil_Sumario_Executivo.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BERAZA, Miguel Ángel Zabalza. Prefácio: Programas para mayores y calidad de vida. Jul. 2014. In: OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa (Org.). **Universidade Aberta para a Terceira Idade: o idoso como protagonista na extensão universitária**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015. p. 5-10.

BOTH, Agostinho. **Identidade existencial na velhice: mediações do Estado e da universidade**. Passo Fundo: UPF, 2000.

BOUDINY, Kim. ‘Active ageing’: from empty rhetoric to effective policy tool. **Ageing & Society**, Cambridge, v. 6, n. 33, p.1077-1098, ago. 2013. Disponível em:

<<https://www.cambridge.org/core/journals/ageing-and-society/article/div-classtitleactive-ageing-from-empty-rhetoric-to-effective-policy-tool/div/AE973B91D5F93069AA650C31D215614F/core-reader>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição (1988). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 10 Abr. 2015.

_____. Lei nº 10741, de 1 de outubro de 2003. **Dispõe Sobre O Estatuto do Idoso e Dá Outras Providências**. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 11 Abr. 2015.

CACHIONI, Meire. **Educação e Envelhecimento Humano no Contexto das Universidades Brasileiras**. 12ª SEPEX. 25, out. 2013. 54 slides, color.

_____. Universidade da Terceira Idade: história e pesquisa. **Revista Temática Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 15, n. 7, p. 01-08, dez. 2012.

CACHIONI, Meire et al. Metodologias e Estratégias Pedagógicas utilizadas por Educadores de uma Universidade Aberta à Terceira Idade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 81-103, jan./mar. 2015.

COSTA, Ruth Corrêa da. **A Terceira Idade hoje sobre a ótica do Serviço Social**. Canoas: Ed. ULBRA, 2007.

D'ALENCAR, Raimunda Silva. **Ações educativas para idosos nas universidades**. Mesa redonda. 06 out., 2016. VI Congresso Latin American Research Network On Ageing (LARNA). Universidade Estadual de Ponta Grossa. 4-7 out., 2016.

D'ALENCAR, Raimunda Silva. A velhice na sociedade de consumo: cultura acessível? In: OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa; CURY, Mauro José Ferreira (Org.). **A velhice e o envelhecimento no contexto ibero-americano**. Cascavel (Pr): Edunioeste, 2016a. p. 187-200.

DANIEL, Fernanda. O conceito de velhice em transformação. **Interações: Sociedade e Novas Modernidades**. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga. n. 10, p. 113-122. Abr. 2006.

DEBERT, Guíta Grin. A invenção da Terceira Idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. ANPOCS, 1996. **GT Cultura e Política da ANPOCS**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_03.htm>. Acesso em: 10 Abr. 2015.

_____. Gênero e Envelhecimento: Os Programas para a Terceira Idade e o Movimento dos Aposentados. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 33-51, 1994.

_____. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29, mai./jun., 1995.

GODOY, Arilda. Schmidt. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA DE MELO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da (Org.). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115-146.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 156 p.

IRIGARAY, Tatiana Quarti; SCHNEIDER, Rodolfo Herberto. Participação de idosas em uma universidade da terceira idade: motivos e mudanças ocorridas. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 211-216, jun. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722008000200011&lng=pt&nrm=iso>. acesso em: 19 ago. 2015.

LORETO, Elisa S. G.; FERREIRA, Giselle M. S. Desafios e possibilidades para a Inclusão Digital da Terceira Idade. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v.8, n.2, p. 120-137, ago. 2014.

MARTÍN GARCÍA, Antonio Víctor; REQUEJO OSORIO, Agustín. Fundamentos y propuestas de la Educación no formal con personas mayores. **Revista de Educación**, Madrid,

- n. 338, p.45-66, sep.- dec. 2005. Cuatrimestral. Disponível em: <http://www.revistaeducacion.mec.es/re338_04.htm>. Acesso em: 11 nov. 2016.
- MEC. Ministério da Educação. Sistema e-MEC. **Consulta Avançada**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 13 abr. 2016.
- OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa. Apresentação. Set., 2014. In: OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa (Org.). **Universidade Aberta para a Terceira Idade: o idoso como protagonista na extensão universitária**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015. p. 13-18.
- OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Flávia da Silva. A Universidade Abertas para a Terceira Idade na UEPG/Brasil: o idoso no contexto extensionista da universidade. In: OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa (Org.). **Universidade Aberta para a Terceira Idade: o idoso como protagonista na extensão universitária**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015a.p. 85-122.
- OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Flávia da Silva. Extensão Universitária: perspectivas e ações para a terceira idade. In: OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa (Org.). **Universidade Aberta para a Terceira Idade: o idoso como protagonista na extensão universitária**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015. p.21-35.
- _____. Universidades Abertas à Terceira Idade: um caminho possível para a educação do idoso. In: OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa; CURY, Mauro José Ferreira (Org.). **A velhice e o envelhecimento no contexto ibero-americano**. Cascavel (Pr): Edunioeste, 2016. p. 13-32.
- OMS. **Envelhecimento Ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. 60p.
- ONU. **A ONU e as pessoas idosas**. Nações Unidas, 2014. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>>. Acesso em: 06 jul. 2015.
- RISTOFF, Dilvo. A Universidade Brasileira Contemporânea: Tendências e Perspectivas. In: MOROSINI, Marília (org.). **A Universidade no Brasil: conceitos e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 37-52.
- SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence S.; COOK, Stuart Wellford. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987. 3v.
- SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@s Revista Eletrônica, Campina Grande*, v. 1, n. 17, p.1-14, jan./jun., 2015. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/revista/index.php/qualitas/article/view/2113>> . Acesso em: 25 Mai. 2016.
- SILVA, Flora Moritz da. **Universidade e Compromisso Social: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina no Núcleo de Estudos da Terceira Idade**. 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, UFSC, Florianópolis, 2013.
- SIMÕES, Celso Cardoso Silva. Breve histórico do processo demográfico. In: FIGUEIREDO, AdmaHamam de (Org.). **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2016. p. 40-74. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97884.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2017.
- SIMONEAU, Adriana; OLIVEIRA, Denize Cristina de. Programa universitário para pessoas

idosas: a estrutura da representação social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. v. 63, n. 1, p. 11-21, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2006.

VERAS, Renato Peixoto; CALDAS, Célia Pereira. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 423-432, jun.2004.

¹IDH - O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede três eixos do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde, ampliando o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do desenvolvimento. Fonte: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>